

Expansão de 2017 deixa uma 'herança' de 0,3 ponto percentual para este ano

Por Edna Simão, Fabio Graner e Fábio Pupo | De Brasília

A equipe econômica acredita que os dados do Produto Interno Bruto (PIB) mostram a atividade do país crescendo um ritmo de 2% ao ano atualmente e que fatores como a expansão do crédito, a inflação sob controle e a melhora da renda permitirão um avanço de 3% ao fim do ano. O otimismo é ressaltado mesmo diante do fato de que o crescimento de 2017 vai transferir pouco de seus números (pelo chamado "carry over") para o crescimento de 2018.

O carregamento estatístico do PIB de 2017 para 2018 foi de apenas 0,3 ponto porcentual, segundo cálculos feitos na área econômica do governo. Isso significa que se não crescesse mais nada neste ano, o PIB registraria mesmo assim expansão de 0,3% em 2018.

O valor é baixo, mas vale ressalta

que de 2016 para 2017 esse efeito estatístico "roubou" 1,1% do PIB do ano passado. O fraco "carry over" herdado de 2017 reflete a desaceleração da economia no quarto trimestre, ante o terceiro. Com crescimento de apenas 0,1% na margem, isso afetou esse impacto.

Apesar do desempenho abaixo das expectativas do PIB no quarto trimestre, uma fonte do governo defende, contudo, que se olhe para o desempenho do quarto trimestre comparando-se com igual período de 2016, que apontou crescimento de 2,1%. Para esse interlocutor, esse é o termômetro mais adequado para o momento, que mostraria uma economia em ritmo bom e em aceleração.

Além disso, esse interlocutor destaca que a alta de 2% dos investimentos na margem é um dado muito positivo que não deve ser menosprezado, pois sinaliza uma maior confiança na economia

brasileira. O que de fato pegou de surpresa a área econômica foi o desempenho fraco do consumo das famílias e do varejo no quarto trimestre, bem abaixo do esperado.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, atribuiu, sem grandes explicações, a questões estatísticas envolvendo a Black Friday (promoção do comércio em novembro) e também a antecipação de consumo em trimestres anteriores derivada do FGTS. Mas os próprios técnicos tinham dificuldade de entender o dado.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ressaltou que o resultado do PIB em 2017 inaugura um novo ciclo de crescimento com continuidade neste ano. "O quarto trimestre apresentou avanço de 2,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, neste momento já estamos crescendo a um ritmo de 2% ao ano", afirma.

"Caiu a ficha para o PT", diz Barbosa

CLAUDIA SAFATLE

O governo deve deixar duas bombas relógio para o próximo presidente da República, segundo prevê o ex-ministro da Fazenda, Nelson Barbosa: o teto do gasto público, que sem a reforma da previdência ficará difícil de se cumprir; e a regra de ouro da política fiscal, que impede a União de emitir dívida em montante superior aos investimentos. Ou seja, o governo não pode expandir a dívida pública para financiar despesas correntes, sob pena de incorrer em crime e ficar sujeito a processo de "impeachment". Este ano o "buraco" decorrente da "regra de ouro" é estimado em R\$ 208 bilhões.

Para que o presidente eleito em outubro não cometa crime fiscal logo no início do seu mandato, Barbosa sugere como primeira medida o envio, para o Congresso, de uma proposta de emenda constitucional que ele chama de "PEC do Compromisso". Nela se ressolveria, de uma só penada, as mudanças do teto e da "regra de ouro", a reforma da previdência e a desvinculação geral do orçamento.

Ele propõe que a PEC altere o teto do gasto público do congelamento dos valores reais por dez anos prorrogáveis, como é hoje, para um limite de despesa estabelecido a cada quatro anos. "E vamos discutir qual é esse teto, ok? Mas, para isso, tem que ter reforma da Previdência, tem que regulamentar o teto remuneratório do setor público e tem que rever todas as vinculações que hoje engessam orçamento", disse.

Primeiro ato do novo governo seria a "PEC do compromisso"

Barbosa é um dos economistas que, no Instituto Lula, debate o programa de governo do PT para uma suposta candidatura do ex-presidente Lula ou de alguém que ele vier a indicar, caso seja impedido de concorrer. Como o programa está sob coordenação do ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, o ex-ministro deixou claro que nessa conversa ele expressa as suas opiniões.

"Acho que agora caiu a ficha para

o PT", observou ele. "O pessoal já sabe que tem que fazer a reforma da Previdência, sabe que tem que fazer reformas".

Sem avançar na reforma da previdência e na ausência de outras medidas duradouras de contenção do gasto público, o governo Temer deixa "uma total inconsistência entre metas e regras" que, segundo ele, pode produzir a anomalia citada acima, de o próximo presidente, sem ter tomado qualquer medida, ser criminalizado por descumprir a regra de ouro que consta da Constituição.

Barbosa defende que tudo seja encaminhado na mesma PEC, para que ela não se caracterize só por medidas duras ou por flexibilizações. "Uma medida puramente de esquerda seria revogar o teto e depois a gente vê o que faz, mas a chance de aprovação é pequena e o risco de desestabilização é muito grande. Uma proposta somente de direita - mais corte, mais arrocho, sem mudar nenhuma regra - inviabiliza o próximo governo, porque ele não vai conseguir cumprir





a regra nos primeiros três meses".

A opção, para o ex-ministro, que se define como sendo da ala moderada do PT, seria montar uma alternativa balanceada que promova uma grande reorganização das finanças públicas. "Todos falam do sucesso do PSDB, mas se esquecem que (o ex-presidente) Fernando Henrique, antes de adotar o tripé macroeconômico, fez uma grande rearrumação com a privatização e a estatização das dívidas dos Estados e municípios", citou.

Se para o PT "a ficha caiu", isso não significa que o partido apoiaria a reforma da Previdência proposta por Temer. Os que concordam que a Previdência é insustentável, o discurso político é o da falta de legitimidade do atual governo para implementá-la.

Barbosa acredita que qualquer proposta para arrumar as contas da previdência terá que ter quatro pilares: idade mínima que ele proporia crescente na medida do envelhecimento populacional, aumento do tempo de contribuição; alinhamento entre as aposentadorias do setor público e setor privado e recuperação da arrecadação com aumento da contribuição. O que pode variar é a velocidade e a sequência.

Não há como fugir disso e de uma reforma da tributação que aumente a progressividade sobre pessoa física, defende Barbosa. "Uma coisa que todos concordam, da esquerda à direita, é quanto a 'pejotização'. A Receita Federal trabalha nisso há muito tempo e é mais ou menos assim: sobre o lucro que for distribuído acima do presumido, o contribuinte paga uma alíquota adicional corretiva de 15%". O imposto sobre herança é mais ideológico e ele menciona a proposta que enviou ao Congresso, onde está engavetada, de tributar heranças acima de R\$ 5 milhões. Isso atingiria só 2 mil pessoas no Brasil e renderia modestos 0,1% do PIB, mas carrega um caráter simbólico, disse. Já a do PIS/Cofins não é de direita nem de esquerda, "é a reforma necessária", citou.

Há, ainda, a "reforma inevitável" para adequar o Brasil ao novo padrão tributário iniciado pelos Estados Unidos e que deverá ser seguido pelos demais. Está em curso, disse Barbosa, "uma guerra fiscal mundial que o Trump (presidente dos EUA) escancarou". Até 2022, último ano do mandato do próximo presidente, o Brasil terá que se adequar a esse novo modelo de tributação que o mundo persegue, menos centrado nas empresas e mais na pessoa física, sob pena de haver um êxodo das sedes de empresas

brasileiras para outros países por motivos fiscais.

Por fim e não menos importante está a reforma da folha de salários do funcionalismo e o cumprimento do teto remuneratório. A remuneração do servidor hoje é "uma bagunça", comentou Barbosa. É preciso um mínimo de racionalidade para que o critério não seja o de ganhar mais a corporação que conseguir gritar mais alto.

Para ele a sequência de reformas deveria ser primeiro a da Previdência e em seguida a da folha de salários. Somadas elas representam quase 75% do gasto primário da União e respondem pelo forte desequilíbrio das finanças dos Estados e municípios.

Como resultado do afrouxamento do teto para o gasto, a dívida pública subiria mais, mas isso não traria grandes transtornos, na sua avaliação, porque a solução estaria colocada logo à frente.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Recuperação acelera, diz governo

O governo comemorou o resultado do PIB e ponderou o fato de nem todos os indicadores serem estimulantes. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que os investimentos, apesar de caírem ao pior nível da história, mostraram recuperação no último trimestre.

O ministro da Fazenda afirmou que mesmo a construção civil, setor que mais demorou para mostrar sinal de recuperação, ficou positivo no último trimestre.

“Sair de uma queda do PIB de 3,5% em 2016 para a alta de 1% em 2017 é um avanço grande; mostra que a economia está acelerando”, disse Meirelles.

Sobre o fato de a alta do PIB ter vindo um pouco abaixo do esperado pelo mercado, Meirelles frisou que a expectativa da equipe econômica era de uma alta de 1%.

O presidente Michel Temer

disse, em entrevista à Rádio Tupi, do Rio de Janeiro, que o resultado representa esperança para o futuro do país.

Para Mansueto Almeida, secretário de acompanhamento econômico, o resultado ficou dentro da expectativa do governo, e muito acima do esperado há um ano.

“Ficou muito acima do que analistas esperavam no início do ano passado, quando esperavam 0,2%, 0,3%. Então mostrou que todo o mundo errou, e ainda bem que todo mundo errou”, afirmou Mansueto.

Em nota, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o crescimento se deve, em grande parte, à implementação de reformas, como a trabalhista e a instituição do teto de gastos, além da estabilização da economia, com inflação e juros mais baixos.